Ministério das **Comunicações**

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA ECT – EXERCÍCIO 2010

À Sociedade Brasileira,

A decisão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) de publicar o Relatório da Administração, a partir do exercício de 2010, reafirma seu compromisso de transparência e diálogo com a sociedade. Como empresa pública, precisa considerar, além dos desafios de mercado e concorrência, as expectativas dos brasileiros na prestação de um serviço público de qualidade. Na busca do fortalecimento e da modernização da empresa como instituição pública importante para o desenvolvimento do Brasil, os Correios prestam contas à sociedade brasileira e a mantêm informada sobre a administração e a melhoria de sua governança. Ainda como parte dessa política de valorização da transparência, será realizada auditoria independente e seu parecer será divulgado oportunamente.

PERFIL DA ECT

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sediada no Setor Bancário Norte – Quadra 1 – Bloco A - Brasília - DF, CEP 70002-900, inscrita no CNPJ 034028316/0001-03, é pública de direito privado, vinculada ao Ministério das Comunicações, criada em 20 de março de 1969 pelo Decreto-Lei nº 509, regida pela legislação federal e por seu estatuto. Conforme disposto na Lei nº. 6.538, de 22 de junho de 1978, cabe à empresa planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar atividades correlatas; promover a formação e o treinamento do pessoal necessário ao desempenho de suas atribuições e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério das Comunicações.

Soluções que aproximam é o **Negócio** dos Correios do Brasil, que têm como **Missão** fornecer soluções acessíveis e confiáveis para conectar pessoas, instituições e negócios, no Brasil e no mundo. Sua **Visão** é ser uma empresa de classe mundial. Seus **Valores** são: Ética, Meritocracia, Respeito às Pessoas, Compromisso com o Cliente e Sustentabilidade.

Presentes em todos os municípios brasileiros, os Correios atendem mais de 55 milhões de domicílios em todo o Brasil.

CENÁRIO ECONÔMICO E POSTAL

No ano de 2010, a economia brasileira foi uma das que mais cresceu entre os países do G20. O PIB brasileiro cresceu 7,5%, melhor desempenho desde 1986. O setor de serviços cresceu 5,4% e o subsetor transporte, armazenagem e correio cresceu 8,9%. Destaca-se ainda o crescimento do emprego formal, cuja geração líquida foi de 2,52 milhões. Além da ampliação dos empregos, ocorreram ganhos reais nos rendimentos dos trabalhadores, o que possibilitou maior sustentabilidade do ciclo atual de crescimento econômico.

TENDÊNCIAS DO MERCADO POSTAL

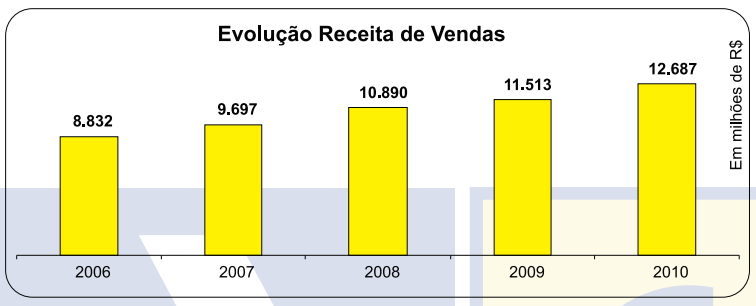
O macroambiente tem apresentado alguns comportamentos e megatendências que devem ser considerados nos estudos prospectivos de qualquer empresa. Diante desse quadro, algumas indicações foram detectadas pela ECT, tais como a transição demográfica que aponta para o envelhecimento da população mundial; a transição urbana que aponta que mais de 50% (80% no Brasil) da população mundial está concentrada nas grandes cidades; a geração do milênio que vem alterando os valores, formas de comunicação e relacionamentos do mundo corporativo; a mudança do eixo de globalização com países considerados em desenvolvimento competindo de igual para igual com países de primeiro mundo; a convergência tecnológica, acelerada pela tecnologia da informação; a diversificação das fontes energéticas com o surgimento de novas alternativas menos agressivas ao meio ambiente; e as mudanças climáticas que estão afetando o comportamento de todos, reorientando hábitos de consumo e conscientizando as pessoas quanto às responsabilidades com as gerações futuras.

Essas variáveis do macroambiente têm grandes repercussões no setor postal, que tem sido revolucionado, sobretudo, pela visão empresarial que passou a imperar nos negócios, pelas novas tecnologias de comunicação, pelos processos de automação e mecanização, pela internacionalização dos negócios, pela entrada de operadores privados em todos os eventos da cadeia do negócio postal e pelo desenvolvimento do setor de transporte.

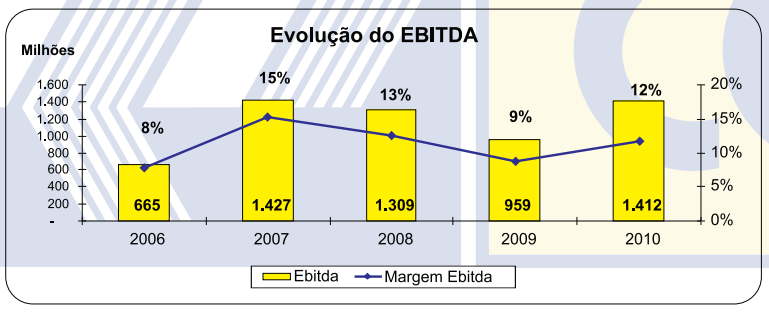
Diante dessas observações, os Correios brasileiros realizaram estudos de prospecção, voltados para o Plano Estratégico – Correios 2020, que identificaram as tendências do setor postal: diversificação de produtos e serviços; queda do tráfego postal de correspondências e elevação do tráfego de encomendas; compatibilização da atuação como prestadores de serviços públicos e viabilidade comercial; movimento de internacionalização dos operadores; aquisições, fusões e compra de participação acionária; mudança de legislação postal; inovação tecnológica e uma nova agenda socioambiental.

RESULTADOS

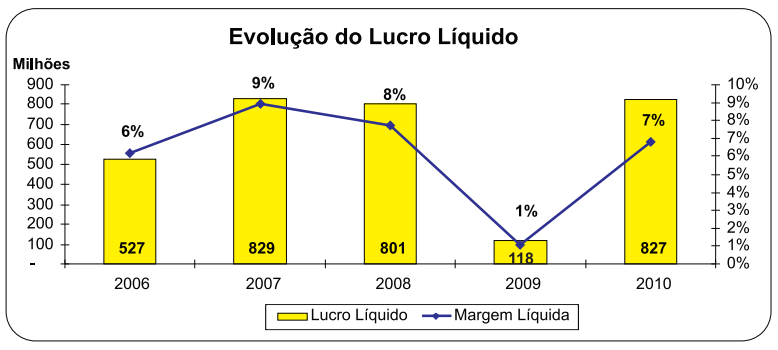
O comportamento da economia contribuiu para o bom desempenho dos Correios em 2010, uma vez que o aquecimento do mercado possibilitou um aumento no tráfego postal de 6,8%, com 8,9 bilhões de objetos distribuídos. Com o aumento dessa demanda, a ECT conseguiu elevar a receita de vendas em 10,5%, alcançando o valor de R$ 12,69 bilhões, conforme demonstrado no gráfico a seguir.



Esta melhora no desempenho da receita de vendas, não acompanhada na mesma proporção pelos custos e despesas operacionais, gerou um aumento na margem EBITDA (LAJIDA[1]) para 12%, índice bem próximo ao atingido em 2008.

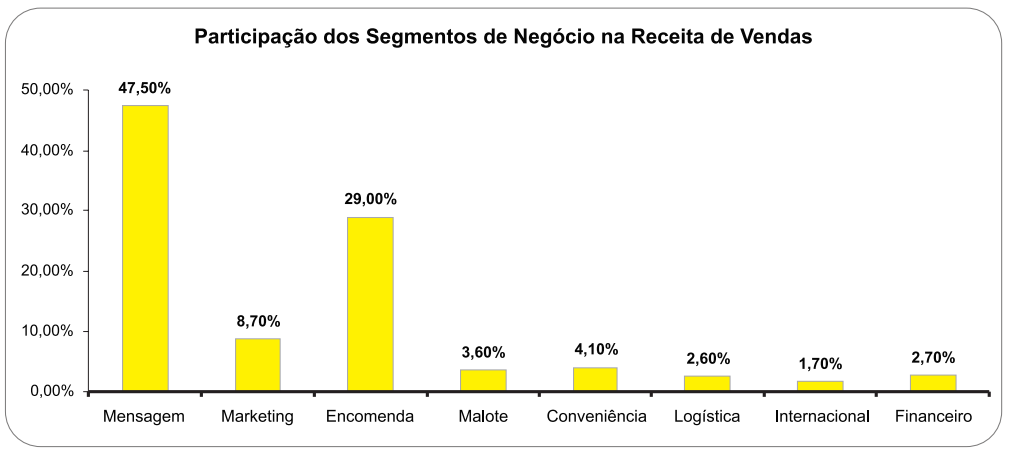


Além disso, em 2010, os resultados não operacionais não foram relevantes a ponto de impactar o lucro líquido da Empresa, como ocorreu em 2009. Naquele exercício o aumento das despesas - em decorrência principalmente do PDV e do registro do déficit atuarial do Postalis - contribuiu para a diminuição de 25,6% na margem EBITDA. Dessa forma, a margem líquida em 2010 ficou em 7%, aproximando-se dos patamares observados em 2007 e 2008, conforme se pode verificar no gráfico a seguir.



A evolução positiva nas receitas de vendas deve-se principalmente ao crescimento dos serviços de Mensagens e Encomendas, que cresceram acima da média da Empresa e que juntos representam 76,5% do montante total da receita.

NEGÓCIOS –



Os negócios dos Correios estão divididos nos seguintes segmentos:

Os serviços de mensagens foram elaborados para atender às necessidades de comunicação da sociedade por meio de soluções integradas de Correios baseadas em mensagens físicas ou eletrônicas. Compreendem Carta Social, Carta Comercial e Não Comercial e FAC – Franqueamento Autorizado de Cartas. São voltados para atender a comunicação da sociedade e contemplam todos os nichos de mercado, incluindo soluções para a postagem de grandes volumes com o uso de tecnologia. Em 2010, foram entregues 6,23 bilhões de objetos deste segmento, superando em 4,67% o volume entregue em 2009, e representando 70,86% do tráfego postal brasileiro. A receita do ano de 2010 importou em R$ 6,02 bilhões, com crescimento de 9,30% em relação ao ano de 2009, contribuindo com 47,44% da receita de vendas dos Correios em 2010, do total de R$12,69 bilhões.

Os serviços de Marketing Direto são compostos principalmente da Mala Direta Postal e do Impresso que, juntos, representam 92% da receita do segmento. Disponibilizam soluções destinadas à aproximação entre empresas e consumidores com ações de divulgação, vendas e fidelização. A receita deste segmento apresentou crescimento médio de 11,07% nos últimos 5 anos. Em 2010, a receita foi de R$ 1,1 bilhão, com crescimento de 15,84% em relação a 2009. Em relação ao tráfego, o volume de objetos Mala Direta Postal e Impresso apresentou crescimento de 17,45% no período de 2009 a 2010.

Os serviços de encomendas dividem-se em Encomenda Expressa (SEDEX) e Encomenda Econômica (PAC), além dos serviços complementares de Disque Coleta e Logística Reversa. Destinam-se a atender às necessidades de relacionamento e aproximação dos clientes, pessoas físicas ou jurídicas, com rapidez ou economia, na movimentação de mercadorias e documentos para entrega em âmbito nacional. Este segmento gerou uma receita de R$ 3,68 bilhões em 2010, com crescimento de 13% em relação a 2009. Foram distribuídos 230 milhões de encomendas, o que representa um crescimento de 13,12% em relação a 2009, quando foram distribuídos 203,2 milhões dos referidos objetos.

Os serviços de Malotes são prestados com exclusividade pelos Correios para a coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada. São destinados às pessoas jurídicas que mantenham comunicação regular de objetos e documentos, com frequência de remessas pré-definidas, entre suas filiais, agências, representantes e parceiros comerciais. Hoje este serviço está apoiado em modernos sistemas de Tecnologia da Informação (TI), que gerenciam todo o processo de captação, movimentação e entrega, gerando uma receita de R$ 458,76 milhões em 2010, inferior à de 2009, que foi de R$ 466,6 milhões, em função da reformatação do serviço, com perspectiva de crescimento já em 2011. As informações sobre a movimentação dos malotes e administração dos contratos são disponibilizadas para acompanhamento dos clientes na internet, por meio de senha.

Os serviços de Conveniência propiciam soluções de comodidade no atendimento às demandas da sociedade, destacando-se as embalagens e os serviços de Filatelia, que fomentam a atividade de colecionamento de selos postais, materiais e produtos relacionados. Sua receita, em 2010, foi de R$ 526,22 milhões, inferior à de 2009, que foi de R$ 563,8 milhões, em razão da migração de parte do serviço para o segmento de mensagens.

Os serviços internacionais são constituídos de vários produtos e serviços para quem, a partir do Brasil, deseja comunicar-se ou fazer negócios com outros países. Dentre estes, destacam-se o SEDEX *Mundi*, serviço expresso com prazo garantido para envio de documentos e mercadorias, e o Exporta Fácil, que permite exportar de forma simplificada produtos no valor de até US$ 50 mil, em pacotes de até 30 quilos, conforme o tipo de serviço escolhido.

Os serviços financeiros compreendem a prestação de serviços bancários básicos, na modalidade de correspondente, em todo o território nacional, por meio do Banco Postal, com atenção especial à população de baixa renda. Desde a sua criação em 2002, tem participado efetivamente do compromisso do Governo Federal de promover a inclusão social. Em 2010, o Banco Postal superou a marca de 10 milhões de contas abertas desde sua inauguração e ampliou sua rede de atendimento de 6.046 para 6.192 agências, o que garante cobertura de 95% dos municípios do país. A quantidade de transações operacionais também se manteve crescente, atingindo 200 milhões de transações ao ano. Atualmente o Banco Postal se prepara para nova etapa: a contratação de um banco parceiro para novo ciclo contratual a partir de 2 de janeiro de 2012, de forma a consolidar ainda mais sua presença no mercado de correspondentes. No ano passado a receita auferida na prestação do serviço de correspondente foi de R$ 322 milhões, o que representou um crescimento de 41,7% em relação ao exercício anterior.

NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS

Sempre alinhados às estratégias de crescimento operacional e otimização da rede de atendimento, os Correios têm inovado e prestado serviços de recarga virtual de telefonia móvel ou fixa, venda de senhas do tipo Pin, captação de pedido de terceiros e recebimento de inscrições de concursos.

Os Correios ainda atuam junto à sociedade como Autoridade de Registro (AR) de certificados digitais. A comercialização ocorreu a partir da ampliação das unidades de atendimento da ECT, passando de 3, em 2006, para 174, o que facilita o acesso da população ao serviço. Atualmente, a ECT responde por 10% do mercado de Certificação Digital.

QUALIDADE E CONFIANÇA

Sinônimo de qualidade na prestação de serviços. Detentora de respeito e confiança da população e da comunidade internacional. Um instrumento de integração nacional, com presença em todos os municípios do país. Com todos esses sinais de vitalidade, o ano de 2010 confirmou a tendência de superação de grandes desafios que se apresentam aos Correios no novo milênio.

Em 2010, a Empresa enfrentou problemas operacionais em razão da não reposição do efetivo dispensado pelo Programa de Demissão Voluntária de 2008/2009 e do adiamento do concurso público de 2010 para 2011, o que agravou um pouco mais o quadro. Mesmo diante dessa situação, a qualidade operacional do ano atingiu a média de 90,8% dos objetos entregues dentro do prazo de distribuição, abaixo da meta estabelecida de 95,82%.

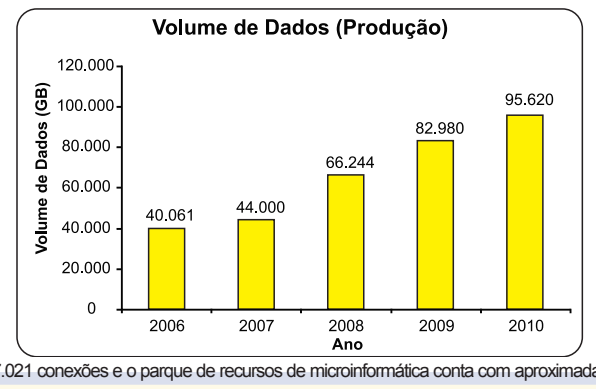
Ainda assim, os Correios mantiveram a boa reputação diante dos brasileiros, conquistando a terceira posição no ranking de instituição mais confiável no país, superada apenas pela família e bombeiros, conforme resultado da pesquisa realizada pela MDA Pesquisa de Opinião Pública e Consultoria Estatística em 2010.

PRÊMIOS

A ECT recebeu ainda os prêmios: "Marcas de Confiança 2010" (p**esquisa realizada pela Revista Seleções)**, "Empresa que mais Respeita o Consumidor no Brasil" (Prêmio Revista Consumidor Moderno - Editora Padrão); além de ficar na 21ª posição no ranking das 100 marcas mais valiosas do Brasil; foi indicada como finalista do *World Mail Awards* 2010 e o carteiro foi eleito o segundo profissional de maior confiança do brasileiro, em pesquisa realizada pelo instituto alemão GFK (Growth From Knowledge).

EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

A infraestrutura de tecnologia da informação está distribuída em dois Centros Corporativos de Dados – CCDs. O ambiente tecnológico vem periodicamente aumentando o volume dos ativos de TI, com 95.620 GB.



A rede corporativa apresenta 7.021 conexões e o parque de recursos de microinformática conta com aproximadamente 123 mil equipamentos.

No aspecto administrativo, o Sistema de Gestão Empresarial (ERP) integra, em uma única solução, os processos de retaguarda das Áreas Financeira, Recursos Humanos, Administrativa, Comercial, Tecnologia e Operacional.

Foi lançada uma versão compacta do portal dos Correios para dispositivos móveis de acesso à Internet denominada Correios *Mobile,* que provê ao usuário serviços de busca de CEP, rastreamento de objetos, cálculo de preços e prazos, busca por agências e fale com os Correios. Os serviços oferecidos pelo celular são os mais procurados pelos 20 milhões de internautas que visitam o site dos Correios mensalmente. O site m.correios.com.br já registra 40 mil acessos mensais via celular.

O Sistema de Rastreamento de Objetos foi atualizado e expandido, o que exigiu investimentos de R$ 60 milhões. Sua implantação ocorreu em 2.600 unidades, abrangendo 90% do tráfego postal e proporcionando ganhos significativos à operação postal.

A metodologia de Controle Eletrônico de Devolução de Objetos (CEDO) foi implantada em cerca de 5.300 unidades postais, propiciando aos Correios a redução dos custos com transporte de 2,4 milhões de objetos por mês, que deixaram de ser devolvidos.

INFRAESTRUTURA IMOBILIÁRIA E DE MANUTENÇÃO

Na realização de suas atividades comerciais, operacionais e administrativas, são utilizados mais de 7 mil imóveis, totalizando 3 milhões de m² de área construída. Em 2010, foram investidos R$ 103,82 milhões nessa área e cerca de R$ 170,5 milhões na contratação de serviços de manutenção.

INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Os Correios têm a maior rede logística do país. A capacidade de transporte nacional é de 3,4 milhões de kg/dia, percorrendo 257 mil km/dia, nos modais aéreo e superfície (aéreo/dia: 550 mil kg e 40,3 mil km; superfície/dia: 2,9 milhões kg e 217 mil km).

Composição da frota:

TIPO	QUANTIDADE
VEÍCULOS	4.315
MOTOCICLETAS	12.819
BICICLETAS	7.670

Foram adquiridos, em 2010, 1.430 furgões, 6 carretas e 140 equipamentos para movimentação interna de carga (empilhadeiras manual e elétrica).

O suprimento interno da ECT é realizado a partir 2 (dois) Centros de Distribuição, que atendem cerca de 10 mil clientes internos localizados em aproximadamente 5.400 municípios do Brasil. Mensalmente, foram atendidos 32 mil pedidos, o que gerou a remessa de 690 toneladas/mês.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL AJUSTADA

Foi implantado o Departamento de Segurança Operacional, em razão da necessidade de que a segurança operacional conjugue esforços voltados à proteção dos objetos postais em todas as fases do processo produtivo operacional e, também, da proteção do serviço postal contra a sua utilização para envios de materiais proibidos, notadamente drogas e entorpecentes.

A Empresa deu continuidade à implantação dos Centros de Serviços Compartilhados, cujo objetivo é melhorar o desempenho das atividades e dos processos de suporte, por meio da concentração e adoção de práticas padronizadas de trabalho, além do aumento da qualidade, redução de custos e reaproveitamento de recursos para outras áreas da Empresa.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A ECT, empresa comprometida com a questão socioambiental, desenvolve programas com vistas a continuamente aprimorar e diversificar sua atuação para assegurar o desenvolvimento e bem estar da sociedade. Alguns projetos merecem destaque, como o Ecopostal que, ao doar a cooperativas malotes e uniformes usados, contribui para a geração de emprego e renda a 10.555 beneficiários.

A Coleta Seletiva Solidária, implantada em 2.594 unidades dos Correios, beneficiou 3.412 famílias membros de cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

As campanhas de Solidariedade Expressa arrecadaram mais de 500 toneladas de donativos para os estados de Pernambuco e Alagoas e 68 toneladas para as vítimas do terremoto do Haiti.

Foi iniciado o processo de seleção de 4.355 jovens aprendizes e foram dadas oportunidades de trabalho a 114 apenados e a 1.622 pessoas com deficiências, essas últimas por meio de contratos de prestação de serviços com instituições sem fins lucrativos, para executar atividades de apoio.

O Papai Noel dos Correios, conhecida campanha da Empresa, recebeu 1.239.084 cartas em 2010, das quais 77% foram adotadas.

Como desdobramento dos patrocínios à natação, ao futsal e ao tênis, promoveu-se a inserção social de 3.360 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

O Concurso Internacional de Redação de Cartas, realizado anualmente pela UPU, foi destinado a estudantes de 9 a 15 anos de idade matriculados em escolas das redes pública e privada de ensino. Do 39º concurso, participaram 6.019 redações, cujo tema foi "Escreva uma carta a alguém para dizer-lhe por que é importante falar da aids e se proteger dela".

Está em fase de teste o veículo elétrico para entrega de encomendas pelas ruas do bairro Taquaral, em Campinas, São Paulo. Com capacidade para dois passageiros e 350 kg de carga, o veículo tem autonomia para rodar 120 quilômetros (a bateria leva cerca de oito horas para recarregar) e gasta cerca de R$5, 68 para percorrer 100 km. Os Correios avaliarão o desempenho do veículo e a possibilidade de estender seu uso a outras cidades.

PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Em 2010, coube aos Correios toda a operação logística do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Foram 4,5 milhões de inscritos, distribuídos em mais de 8,5 mil pontos de entrega em 1.698 municípios brasileiros, replicados em dois dias de prova.

A operação de distribuição de livros didáticos FNDE 2009/2010 enviou 117 milhões de livros a 147 mil escolas da rede pública de ensino em mais de 5.500 municípios, beneficiando cerca de 36 milhões de alunos. É a maior operação logística dos Correios desde 1994.

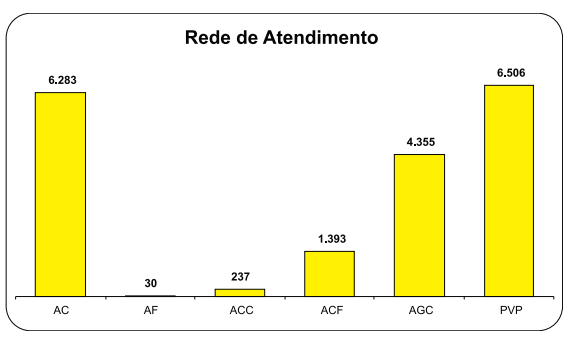
Nas eleições nacionais realizadas em 2010, mais uma vez os Correios distribuíram e coletaram urnas eletrônicas no primeiro e segundo turnos. Ao todo, foram entregues e coletadas cerca de 480 mil urnas para mais de 60 mil locais de votação, além de 62 mil encomendas com material de apoio.

RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

Os Correios trabalham cada vez mais seus canais de atendimento para que o cliente tenha à disposição ferramentas de fácil acesso a informações sobre a empresa. A Central de Atendimento dos Correios (CAC), com dois *site*s em operação, atendeu, em 2010, a 6,1 milhões de chamadas telefônicas.

Foi lançado em dezembro de 2010 o novo portal Correios www.correios.com.br, cujo foco é priorizar negócios e facilitar o acesso a serviços, produtos e informações dos Correios. Possibilita ainda ampliar a visibilidade dos produtos e serviços no exterior e consolidar a marca e a credibilidade dos Correios na internet. Foram mais de 30 milhões de visitas por mês em 2010, 37% mais em relação ao ano anterior. O portal Correios é o terceiro mais popular entre os *sites* de correios no mundo e situa-se em 60º lugar no rol de *sites* brasileiros mais visitados atualmente.

REDE DE ATENDIMENTO



AC: Agência de Correios
AF: Agência Filatélica
ACC: Agência de Correios Comercial
ACF: Agência de Correios Franqueada
AGC: Agência de Correios Comunitária
PVP: Posto de Vendas de Produtos

(Footnotes)

[1] Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

CORREIOS

Ministério das **Comunicações**

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Conforme o que estabelece a Portaria 400/2009, do Ministério das Comunicações, a Rede de Unidades de Atendimento dos Correios passou a ter a seguinte configuração: Agência de Correios – AC; Agência Filatélica – AF; Agência de Correios Comercial – ACC; Agência de Correios Franqueada - AGF; Agência de Correios Comunitária – AGC; e Posto de Venda de Produtos - PVP. Logo, cada um dos municípios do país conta com pelo menos uma agência de Correios instalada, totalizando 18.804 unidades de atendimento - distribuídas conforme o gráfico acima.

Os Correios levaram os serviços postais básicos a mais 37 distritos e o número total de localidades atendidas por Agências de Correios Comunitárias atingiu 4.355 - visando atender ao conceito de universalização. Adicionalmente, foi expandido o atendimento postal próprio para 116 localidades, e atualmente há 6.283 agências próprias (AC).

A ECT criou um novo modelo de Agência de Correios Franqueada (AGF), que substituirá a atual rede, de 1.393 agências, que estarão operando até 30/9/2012, por força da Lei 12.400, de 8 de abril de 2011.

O Banco Postal, marca dos Correios que designa a sua atuação como correspondente na prestação de serviços bancários básicos em todo o território nacional, tem contribuído efetivamente no compromisso governamental de promover a inclusão social e financeira, com atenção especial aos cidadãos sem acesso a tais serviços. A implantação do Banco Postal busca atender a todos os brasileiros, em especial, aqueles que residem em pequenos municípios desprovidos de serviços bancários. Do total de 6.283 unidades próprias presentes nos municípios brasileiros, 98,55 % prestam serviço de correspondente bancário que perfaz um total de 6.192 agências.

COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL

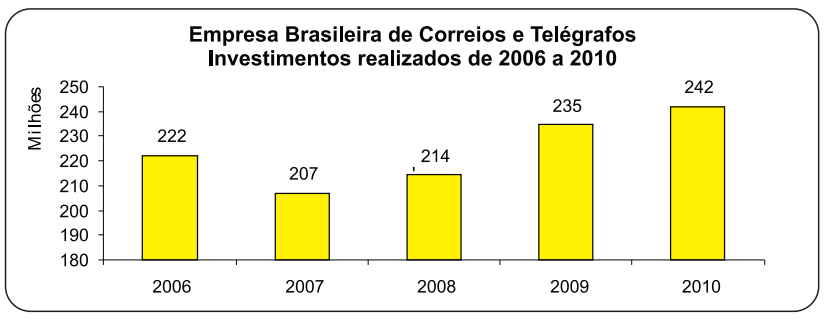
Além do Peru, Uruguai e Colômbia, Argentina e Equador receberam o projeto Exportações por Envios Postais para Micro e Pequenas Empresas. Esse projeto de cooperação técnica ajuda os governos dos países sul-americanos a criar um serviço semelhante ao Exporta Fácil do Correio brasileiro. O Brasil lidera o processo de disseminação da metodologia desse projeto para os demais países interessados no Exporta Fácil.

TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO NAS CONTRATAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS

A ECT adota o CLM (*Contract Lifecycle Management*) como modelo padrão de referência de classe mundial nas operações de gestão do ciclo de vida dos contratos (contratação e gestão de contratos). Os processos de contratação e os contratos estão disponíveis no portal Correios, para controle e transparência dos procedimentos realizados pela sociedade. Dos valores licitados em 2010, 94% foram realizados por meio de pregão eletrônico. Houve ainda 3.267 processos licitatórios na ECT, que geraram contratações no valor de R$ 1,8 bilhão.

INVESTIMENTOS

Atenta ao crescimento da demanda, a ECT realizou investimentos, nos últimos cinco anos, no valor de R$ 1,1 bilhão, conforme gráfico a seguir.



PESSOAS

Os Correios estão entre os maiores empregadores do país. Em 2008, o efetivo era de 112.329 empregados. Em 2009, houve redução para 108.615 e 2010 encerrou com 107.992. A variação ocorrida no período 2008/2009 (que elevou o índice de *turnover* para 5,65; em 2010 foi 1,66) deve-se ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV).

Em sua estrutura organizacional, os Correios possuem uma Universidade Corporativa que, juntamente com as unidades regionais de educação, promovem o desenvolvimento profissional dos seus empregados. Em 2010, foram ministradas 1.225.313 horas de treinamento, num investimento de R$ 20,15 milhões.

Os Correios são patrocinadores de planos de benefícios de previdência complementar, incluindo o da aposentadoria, por meio do Postalis – Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos. São 102.281 empregados participantes, que contribuem em condições paritárias com a Empresa. Em 2010, o valor das contribuições efetuadas pelos Correios chegou a R$ 191,53 milhões.

O plano de assistência médica e odontológica CorreiosSaúde, de autogestão, contempla o atendimento a todos os seus empregados e dependentes, totalizando cerca de 367 mil assistidos. Em 2010, as despesas com a saúde dos empregados e seus dependentes chegaram a R$ 595,09 milhões, o que representa 4,46% do faturamento total da ECT.

Como parte da política da ECT de cuidar da saúde dos empregados, a Empresa investiu cerca de R$ 1,7 milhão na compra de 50,6 mil bolsas ergonômicas de carteiro com o objetivo de aliviar a carga na coluna vertebral e proporcionar melhor equilíbrio aos empregados cujo cargo representa mais de 50% do efetivo da empresa.

PERSPECTIVAS PARA 2011

Os Correios manterão o foco estratégico na ampliação do seu portfólio de negócios, consolidando projetos iniciados em 2010, e na busca da manutenção de uma empresa pública de qualidade mundial. Para isso, estão previstos investimentos da ordem de R$ 500 milhões e a realização do concurso público que gerará mais de 9 mil postos de trabalho. Haverá ainda nova seleção do parceiro para o Banco Postal.

A proposta de um novo estatuto dos Correios prevê a ampliação do seu objeto de atuação, inclusive no exterior, possibilitando novos serviços e aquisição de controle acionário ou participação societária em empresas já estabelecidas, e a participação de um empregado eleito para Conselho de Administração, conforme Lei n.º 12.353, de 28/12/2010.

Para os próximos anos, com base em informações obtidas da análise do ambiente e prospecção ambiental, foram estabelecidas as diretrizes estratégicas para longo e médio prazos. Questões vitais, como vulnerabilidade postal, universalização dos serviços postais, imagem institucional, papel público e social e viabilidade comercial da empresa foram analisadas, discutidas e, a partir dos resultados dessas reflexões, foram definidas as estratégias e os objetivos a serem implementados para a transformação da ECT em uma empresa de classe mundial.

AGRADECIMENTOS

Os resultados alcançados pelos Correios em 2010 são consequência da união e da participação de toda a sociedade, em especial dos clientes, empregados, parceiros e fornecedores, e da sua plena identificação com as orientações e diretrizes do Governo Federal.

Mas, especial agradecimento deve ser registrado aos carteiros e carteiras, considerados o segundo profissional de maior confiança pelos brasileiros, e que engrandecem o nome da ECT.

Brasília, 29 de abril de 2011

A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2010 (valores em R$1.000.000)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO	Nota	2010	2009 reclassificado
Circulante		**2.756,6**	**1.939,8**
Disponível	4	1.342,2	671,6
Caixa		0,2	1,7
Bancos		28,3	10,1
Aplicações		1.313,7	659,8
Créditos	5	1.180,5	993,7
Estoques	6	45,8	41,2
Despesas Antecipadas		3,0	1,9
Outros Valores e Bens	7	185,2	231,4
Adiantamentos	7.1	101,1	87,1
Valores a Compensar	7.2	71,0	100,7
Cobrança Jurídica/Inadimplência	7.3	6,7	37,4
Valores a Apurar	7.4	5,8	5,0
Outros Créditos	7.5	0,5	1,1
Não-Circulante	8	**5.013,6**	**4.927,5**
Realizável a Longo Prazo		3.505,4	3.364,4
Aplicações	8.1	3.347,4	3.210,9
Imóveis Funcionais	8.2	5,6	6,1
Despesas Antecipadas	8.3	0,0	0,1
Depósitos Judiciais	8.4	95,9	95,5
Outros	8.5	56,4	51,7
Investimentos	9	5,1	5,2
Imobilizado	10	1.483,0	1.532,1
Imóveis		1.345,1	1.260,5
(-) Depreciação Acumulada		(537,8)	(472,4)
Móveis		2.359,7	2.260,1
(-) Depreciação Acumulada		(1.684,0)	
Intangível	11	20,0	25,9
Softwares		200,0	193,2
(-) Amortização		(180,0)	(167,3)
TOTAL		**7.770,2**	**6.867,3**

PASSIVO	Nota	2010	2009 reclassificado
Circulante	12	**2.232,8**	**1.861,1**
Fornecedores		324,5	327,1
Salários e Consignações		688,0	613,1
Encargos Sociais	12.1	247,0	169,9
Impostos e Contribuições	12.2	181,8	262,9
Dividendos a Pagar	12.3	191,7	0,0
Arrecadações e Recebimentos	12.4	45,5	38,2
Adiantamentos de Clientes	12.5	5,6	17,4
Contas Internacionais a Pagar	12.6	50,1	39,3
Precatórios Judiciais	12.7	27,5	29,3
Provisões	12.8	44,4	83,3
Empréstimos e Financiamentos	12.9	33,1	33,5
Participação nos Lucros e Resultados	12.10	102,2	106,7
Receitas a Apropriar	12.11	64,5	62,1
Juros sobre Capital Próprio	12.12	201,1	55,8
Outros Débitos		25,8	22,4
Não-Circulante	13	**1.937,1**	**1.840,1**
Empréstimos e Financiamentos	12.8	38,2	73,3
Postalis Reserva a Amortizar	15	1.342,5	1.235,7
Provisões	13.1	274,4	236,9
Tributos Compensados	13.3	117,7	92,6
Mandados e Precatórios	12.7	164,3	153,3
Outros Débitos	13.4	0,0	48,3
Patrimônio Líquido	14	**3.600,3**	**3.166,1**
Capital	14.1	2.919,1	2.919,1
Reservas de Capital	14.2	37,6	37,6
Reservas de Lucros	14.3	643,6	209,5
Reserva Legal		250,8	209,5
Reserva p/Projeto de Investimento		392,8	0,00
TOTAL		**7.770,2**	**6.867,3**

As Notas Explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

RUBRICA	Notas	2010	2009 reclassificado
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	16.1	**12.687,0**	**11.513,1**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		**(556,5)**	**(539,2)**
Impostos e Abatimentos sobre a Receita		(485,5)	(443,1)
Receitas Canceladas		(71,0)	(96,1)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	16.2	**12.130,5**	**10.973,9**
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16.3	**(7.914,7)**	**(7.366,8)**
LUCRO BRUTO		**4.215,8**	**3.607,1**
DESPESAS OPERACIONAIS		**(3.093,6)**	**(3.233,9)**
Vendas		(1.429,9)	(1.288,7)
Encargos Financeiros Líquidos		(4,6)	98,4
Gerais e Administrativas		(1.858,9)	(2.537,7)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		199,8	494,1
RESULTADO OPERACIONAL		**1.122,2**	**373,2**
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**1.122,2**	**373,2**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR		(398,2)	(296,1)
Imposto de Renda		(280,4)	(215,5)
Contribuição Social		(107,8)	(80,6)
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS		**724,0**	**77,1**
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS		**(98,2)**	**(104,9)**
RESULTADO ANTES DOS JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO		**625,8**	**(27,8)**
REVERSÃO DOS JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO		**201,1**	**145,3**
RESULTADO DO PERÍODO		**826,9**	**117,5**

As Notas Explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATÉ 31 DE DEZEMBRO

		CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL (17.1)	RESERVA DE LUCROS			LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL (17.2)	INVESTIMENTOS	RESERVA DE CONTINGÊNCIAS		
	Saldo em 31/12/2008	**1.869,0**	**37,8**	**203,6**	**201,3**	**793,0**	**0,0**	**3.104,6**
2009	Acréscimos às Reservas:							
	Imóveis recebidos/devolvidos doação		(0,2)					(0,2)
	Incentivos fiscais de imposto renda							
	Recolhimento à União							
	Projetos de investimentos	201,3			(201,3)			
	Resultado do período						117,5	117,5
	Destinações:							
	Reserva Legal			5,9			(5,9)	
	Reserva de Contingências					(793,0)	793,0	
	Dividendos da União e JCP						(55,8)	(55,8)
	Capitalização	848,8					(848,8)	
	Saldo em 31/12/2009	**2.919,1**	**37,6**	**209,5**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**3.166,1**
2010	Acréscimos às Reservas:							
	Imóveis recebidos/devolvidos doação		(0,0)					(0,0)
	Incentivos fiscais de imposto renda							
	Recolhimento à União							
	Projetos de investimentos							
	Resultado anterior							
	Resultado do período						826,9	826,9
	Destinações:							
	Reserva Legal			41,3			(41,3)	
	Projetos de Investimento				392,8	0,0	(392,8)	
	Dividendos da União e JCP						(392,8)	(392,8)
	Saldo em 31/12/2010	**2.919,1**	**37,6**	**250,8**	**392,8**	**0,0**	**0,0**	**3.600,3**

As Notas Explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO

	Notas	2010		2009 Reclassificado
I – GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		**12.850,5**		**11.986,0**
Receitas Operacionais		12.616,0		11.417,0
Provisão para Devedores Duvidosos	18.1	8,7		24,2
Outras Receitas Operacionais		220,4		114,2
Receitas Não-Operacionais		5,4		430,5
Insumos Adquiridos de Terceiros		**3.901,5**		**4.100,4**
Custo dos Serviços Prestados		3.547,6		3.242,2
Serviços Adquiridos de Terceiros		184,3		184,8
Materiais Consumidos		9,3		10,9
Propaganda e Comunicação		37,2		38,2
Utilidades e Serviços		3,1		1,2
Provisões diversas		120,0		623,1
Valor Adicionado Bruto		**8.949,0**		**7.885,5**
Depreciação/Amortização		(296,2)		(322,1)
Receitas Financeiras		482,2		462,2
VALOR ADICIONADO À DISPOSIÇÃO DA EMPRESA	18.2	**9.135,0**	%	**8.025,6**
II – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do Trabalho		**5.955,9**	**65**	**5.748,1**
Salários, Honorários e Benefícios		5.484,5		5.301,3
Participações nos Lucros e Resultados – PLR		98,2		104,7
Encargos Sociais		373,2		342,1
Remuneração do Governo		**1.973,3**	**22**	**1.758,0**
INSS sobre Salários		1.014,5		870,0
Impostos e Contribuições (exceto IRPJ e CSLL)		560,6		591,9
Imposto de Renda e Contribuição Social		398,2		296,1
Remuneração do Capital de Terceiros		**378,9**	**4**	**401,9**
Aluguéis, juros, variação cambial		325,0		249,4
Outras remunerações a terceiros		53,9		152,5
Remuneração dos Acionistas		**826,9**	**9**	**117,5**
Lucro/Reserva Retidos		434,1		61,7
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos		392,8		55,8
TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO	18.3	**9.135,0**	**100**	**8.025,6**

As Notas Explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Notas	2010	2009 Reclassificado
1 – ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Período		**826,9**	**117,5**
Itens de Resultado que não interferem no Caixa			
Depreciação e Amortização		296,2	322,1
Provisões		111,3	623,1
Despesas de Variação Patrimonial e Perdas		23,3	80,8
Receita de Variação Patrimonial	19.1	(1,2)	(425,9)
Baixas do Imobilizado		3,6	1,6
Mutações Patrimoniais			
Diminuição/(Aumento) de Créditos	19.2	(186,7)	(155,7)
Diminuição/(Aumento) dos Estoques		(4,6)	(10,4)
Aumento/(Diminuição) de Outros Valores e Bens acrescidos da variação do Realizável a Longo Prazo	19.3	86,8	(50,4)
(Diminuição)/Aumento dos Fornecedores		(5,2)	(1,7)
Aumento/(Diminuição) dos Salários e Consignações		74,9	5,3
Aumento/(Diminuição) das Obrigações acrescidos da variação do Não-Circulante	19.4	86,5	(68,4)
(=) Caixa Líquido da Atividade Operacional		**1.311,8**	**437,9**
2 – ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações no Imobilizado		(76,3)	(138,4)
Aplicações Financeiras		(136,5)	(416,6)
Aplicações em Investimentos		0,0	12,1
(=) Caixa Líquido das Atividades de Investimento		**(212,8)**	**(542,9)**
3 – ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Transferências para a União			
– Juros sobre Capital Próprio e Dividendos		(392,8)	(55,8)
Empréstimos e Financiamentos		(35,6)	(31,6)
(=) Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		**(428,4)**	**(87,4)**
4 – AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES/(DIMINUIÇÃO)	19.5	670,6	(192,8)
Saldo de Caixa e Equivalente-Caixa no início do exercício		671,6	983,8
Saldo de Caixa e Equivalente-Caixa no final do exercício		1.342,2	791,0

As Notas Explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis

CORREIOS

Ministério das **Comunicações**

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2010
(Valores em R$1.000.000)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com sede em Brasília – DF, é Empresa Pública de direito privado, criada pelo Decreto-Lei 509, de 20/03/69, e vinculada ao Ministério das Comunicações. Rege-se pela Legislação Federal e por seu Estatuto. Sua estrutura administrativo-operacional é constituída pela Administração Central – AC, composta pelos Conselhos de Administração e Fiscal, pela Diretoria, pelos Departamentos e Órgãos do mesmo nível e por 28 Diretorias Regionais. Atua no segmento postal, sendo detentora da exclusividade sobre os serviços de recebimento, transporte e entrega de carta, cartão postal e correspondência agrupada e o recebimento, transmissão e entrega de telegramas, conforme previsto na Lei 6.538/78. No segmento financeiro, presta serviços de pagamento a aposentados e pensionistas da previdência social e como correspondente bancário realiza serviços básicos de abertura de contas correntes e de poupança, saques, depósitos, bem como recebimento de títulos, dentre outros.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis emanadas pela legislação societária em vigor.

2.1 – Adoção da Lei nº 11.638/07 e da Lei 11.941/09

Com a publicação da Lei 11.638/07, a contabilidade brasileira caminha rumo à convergência com as práticas internacionais já adotadas em vários países. Dentre algumas mudanças trazidas para a nova Contabilidade Brasileira, está a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC em 2005, que surgiu das necessidades de tornar mais ágil a adoção dos padrões internacionais de contabilidade, ser um catalisador na emissão de normas dessa natureza no Brasil e ser um representante democrático na produção dessas informações já que fazem parte dela representantes das empresas, usuários, sociedade acadêmica e governo.

Até o exercício de 2010, o CPC emitiu 41 pronunciamentos, 04 orientações, 16 interpretações, tratando de vários assuntos, dentre eles, a Estrutura Conceitual, criação do Ativo Intangível, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, recuperabilidade de ativos, valor justo, além da orientação exclusiva para a Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e os reflexos da Lei 11.941/09, o CPC nº 13.

A seguir, são apresentadas as principais modificações introduzidas pela Lei n.º 11.638/07 e da Lei 11.941/09 que afetaram as práticas contábeis adotadas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos desde 2008:

a) segregação do ativo em circulante e não-circulante e do passivo em circulante, não-circulante e patrimônio líquido;

b) alteração do conceito de Imobilizado - a Lei n.º 11.638/07 determina que serão classificados no Ativo Imobilizado os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;

c) criação do subgrupo Ativo Intangível para registro dos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. Especificamente no caso da ECT, foram transferidos os saldos das contas de software não agregados a máquinas e equipamentos;

d) Diferido – apesar da permissão de permanência sob esta classificação até a completa amortização do saldo existente em 31/12/2008, a Empresa optou por baixar todos os registros do Ativo Diferido em 2008;

e) Reserva para Incentivos Fiscais - as doações ou subvenções governamentais para investimentos deverão sensibilizar o resultado da empresa. A ECT recebe em doações terrenos e imóveis de entes públicos, os quais eram registrados diretamente no Patrimônio Líquido e que passaram a ser registrados na conta de receita desde 2008, excluindo-se, contudo, da destinação do lucro, conforme art. 195-A da Lei 11.638/07;

f) Ajuste a valor presente das operações a longo prazo e das relevantes de curto prazo – as aplicações financeiras, que representam 95% do total do realizável a longo prazo, estão registradas a valor de mercado, e os demais itens deste grupo são atualizados monetariamente. Os valores registrados no Passivo Não-Circulante representam o valor presente das obrigações na data do balanço. A Empresa considera como itens relevantes no curto prazo, além das aplicações financeiras que já estão registradas a valor de mercado, os valores registrados no Contas a Receber e Contas a Pagar, para os quais, foram realizados testes com base nos prazos médios de pagamento e recebimento onde se verificou que o efeito de ajuste a valor presente não era relevante.

g) Análise permanente do grau de recuperação dos valores registrados no Ativo (*impairment*) – a Empresa deverá efetuar, anualmente, testes para verificar se os valores registrados na contabilidade são superiores àqueles passíveis de recuperação por uso ou venda. O Pronunciamento Técnico CPC 13 menciona que o primeiro teste de recuperação, para fins de revisão e ajuste dos critérios para determinação da vida útil e do cálculo da depreciação e amortização, seja feito a partir de 2009. A Empresa, no que tange aos itens relevantes, quais sejam: máquinas e equipamentos, imóveis e veículos, não identificou indícios de desvalorização por *impairment*, tendo sido feito teste de recuperabilidade específico para os equipamentos de triagem automatizada . Quanto aos Investimentos não relevantes, o tratamento dado está em conformidade (registrado pelo custo de aquisição deduzido da provisão para perdas).

NOTA 3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos de curto e longo prazos.

3.1 – Estoques: avaliados pelo custo médio de aquisição, que não supera os preços de mercado e é inferior ao custo de reposição.

3.2 – Investimentos: registrados pelo custo de aquisição, acrescidos de correção monetária até o exercício de 1995 e deduzidos da provisão necessária para que seus valores não estejam superiores aos recuperáveis com a venda. No momento, não há intenção de venda pela Empresa desse Ativo.

3.3 – Imobilizados: demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos monetariamente até 1995, observadas as Leis 7.799/89 e 9.249/95 e Decreto 332/91, e depreciados pelo método linear. As taxas de depreciação aplicadas aos bens da ECT são as seguintes:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	TAXA ANUAL
Imóveis	4%
Equipamentos de Informática	20%
Instalações, Máquinas e Equipamentos	10%
Veículos Motorizados Leves	20%
Veículos Motorizados Pesados e Motos	25%
Veículos não-motorizados	20%
Outras imobilizações	20%

3.4 – Intangível: composto por softwares que não estão agregados a Máquinas e Equipamentos, cuja taxa de depreciação anual corresponde a 10%.

3.5 – Demais ativos: apresentados pelo valor de realização acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até o exercício de 1995.

3.6 – Passivo Circulante e Passivo Não-Circulante: registrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.7 – Provisões: os critérios de constituição das provisões para alcances, prejuízos a apurar, valores em cobrança jurídica, reclamações trabalhistas/cíveis tiveram seus critérios de constituição revisados no exercício de 2006. As provisões para Multas e Sinistros de Trânsito e Débitos de Terceiros foram instituídas em 2008, dada a baixa expectativa de recuperação desses Ativos. Em 2009, foram revisados os critérios de provisão para débitos de agências de correios franqueadas inadimplentes, débitos de agências de correios comerciais e provisão para perdas de investimentos (FINAM/FINOR), tendo em vista que a Empresa vislumbrou indícios de recuperabilidade menor desses ativos.

3.7.1 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: foi constituída ao final do exercício, correspondendo ao somatório de 97% dos saldos de faturamento a receber vencidos há mais de 365 dias com cobrança administrativa e jurídica , mais 70% do saldo de inadimplência do fonado. A queda da inadimplência, conforme demonstrado a seguir, ocasionou reversão de R$ 8,7 milhões no resultado. Dentre os motivos que contribuíram para essa queda, cabe mencionar a liquidação ou solução de inadimplências antigas, negociação/acerto de contas com clientes estratégicos inadimplentes.

	2010
Créditos administrativos com + de 365 dias em 2010 de órgãos particulares	2,4
Créditos administrativos com + de 365 dias em 2010 de órgãos públicos	0,9
Faturas em cobrança jurídica saldo até 31/12/2010	37,7
Inadimplência do Telegrama Fonado (70% do saldo)	1,0
Saldo final da provisão em 31/12/2010	**42,1**

	2009
Créditos administrativos com + de 365 dias em 2010 de órgãos particulares	1,7
Créditos administrativos com + de 365 dias em 2010 de órgãos públicos	10,9
Faturas em cobrança jurídica saldo até 31/12/2010	32,6
Inadimplência do Telegrama Fonado (70% do saldo)	5,5
Saldo final da provisão em 31/12/2009	**50,7**

Conforme o CPC 01 – Valor Recuperável de Ativos, a reversão da perda por desvalorização de um ativo, exceto o ágio pago por expectativa de resultado futuro (*goodwill*), deve ser reconhecida imediatamente no resultado do período a menos que o ativo esteja registrado por valor reavaliado de acordo com outro Pronunciamento.

De acordo com o CPC 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/2007, as desvalorizações ou as reversões de desvalorizações que resultam da adoção deste Pronunciamento devem ser reconhecidas de acordo com este Pronunciamento, ou seja, na demonstração do resultado, a menos que um ativo seja contabilizado pelo valor reavaliado.

Em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Correção de Erros, o reconhecimento prospectivo do efeito de mudança na estimativa contábil significa que a mudança é aplicada a transações, a outros eventos e a condições a partir da data da mudança na estimativa. A mudança em uma estimativa contábil pode afetar apenas os resultados do período corrente ou os resultados tanto do período corrente como de períodos futuros. Por exemplo, a mudança na estimativa de créditos de liquidação duvidosa afeta apenas os resultados do período corrente e, por isso, é reconhecida no período corrente.

3.7.2 – Provisão para Alcances: constituída mensalmente, à base de 99% do saldo registrado até o mês anterior na conta Alcances, para absorver perdas causadas por detentores de valores e/ou bens da Empresa;

3.7.3 – Provisão para 13º Salário: constituída mensalmente, no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado, e encargos sociais respectivos;

3.7.4 – Provisão para Férias: constituída mensalmente, no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado, acrescido do adicional de 70% e encargos sociais respectivos para todos os empregados;

3.7.5 – Provisão para Prejuízos a Apurar: constituída mensalmente à base de 90% do somatório dos saldos acumulados até o mês anterior das subcontas Prejuízos a Apurar Delitos Internos e Externos. É utilizada para fazer face às perdas referentes a roubos, furtos, extravios e espoliações, cujos processos se encontram em fase de apuração;

3.7.6 – Provisão para Agência de Correios Franqueada Inadimplente (ACFs): constituída mensalmente, à base de 30% do saldo registrado até o mês anterior da subconta ACFs Inadimplentes e 100% dos saldos acumulados até o mês anterior das subcontas Inadimplentes com Cobrança Judicial e Descredenciadas com Cobrança Judicial, para absorver possíveis perdas referentes a inadimplências das Agências de Correios Franqueadas. Ressalte-se que esse percentual foi ajustado em 2009 e confirmado em 2010.

3.7.7 – Provisão para Débitos de Agências de Correio Comercial (ACC): constituída mensalmente, à base de 73% do saldo registrado até o mês anterior na subconta Inadimplentes e 100% do somatório dos saldos acumulados até o mês anterior das contas Inadimplentes com Cobrança Judicial e Descredenciadas com Cobrança Judicial. Esse percentual também foi revisto em 2009 e confirmado em 2010, de forma a demonstrar a recuperabilidade mais próxima da realidade.

3.7.8 – Provisão para Valores em Cobrança Jurídica: constituída mensalmente, à base de 97% do somatório dos saldos acumulados até o mês anterior da subconta Cheques em Cobrança Jurídica, para fazer face às perdas decorrentes de valores ou títulos entregues ao órgão jurídico para cobrança;

3.7.9 – Provisão para Multas e Sinistros de Trânsito: constituída mensalmente, à base de 99% do saldo acumulado até o mês anterior da conta Multas e Sinistros de Trânsito;

3.7.10 – Provisão para Cobrança Jurídica de Débitos de Empregados: constituída mensalmente, à base de 99% do saldo acumulado até o mês anterior da conta Débitos de Empregados em Cobrança Jurídica;

3.7.11 – Provisão para Reclamações Trabalhistas/Cíveis: constituída à base de 100% do valor de cada demanda judicial ajuizada contra a ECT, cujo desfecho seja avaliado, pelos consultores jurídicos, como de perda provável;

3.7.12 – Provisão para Outros Débitos de Terceiros: constituída à base de 99% do saldo da subconta Outros Débitos de Terceiros;

3.7.13 – Provisão para Cobrança Jurídica de Outros Débitos de Terceiros: constituída à base de 97% do saldo da subconta Cobrança Jurídica de Terceiros, na qual são registrados os débitos de terceiros não vinculados a faturamento a receber.

3.8 – Imposto de Renda e Demais Tributos

A Empresa apura o Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ com base no Lucro Real por períodos trimestrais. As provisões foram constituídas mensalmente à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidas do adicional de 10%, nos termos da legislação vigente.

Aplicam-se à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, no que couber, inclusive quanto à opção pelo período de apuração e pagamento, as disposições da legislação do imposto de renda. As provisões foram constituídas mensalmente à alíquota de 9% incidente sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado pelas adições, exclusões e compensações determinadas ou autorizadas pela legislação vigente.

A Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas no exercício de 2010 à alíquota de 0,65% e 3%, respectivamente, sobre a receita total, efetuadas as exclusões permitidas pela legislação.

NOTA 4 – DISPONÍVEL

4.1 – Caixa: em 31/12/2010, o valor de R$0,2 mil em caixa estava distribuído, de maneira heterogênea, em 6.313 Unidades de Atendimento, presentes em todos os Estados da Federação. Esse montante destina-se a fazer frente às operações nos primeiros dias do mês de janeiro de 2011.

4.2 – Aplicações: as disponibilidades financeiras, decorrentes de receitas próprias, estão aplicadas nos Fundos de Investimentos Extramercado Exclusivo no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BBDTVM, nas carteiras compostas por Letras Financeiras do Tesouro (LFT), Nota do Tesouro Nacional (NTN-F), Letra do Tesouro Nacional (LTN) e operações compromissadas, registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço, conforme detalhado a seguir:

4.2.1. Posição em 31/12/2009 (Reclassificado)

APLICAÇÃO	VALOR	PARTE
LFT	2.958,2	76,35%
LTN	417,1	10,77%
NTN-F	50,9	1,31%
Op. Compr. (1 dia)[1]	296,6	7,65%
Subtotal	**3.722,8**	96,08%
Ajustes[2]	0,0	0%
Fundo Multimercado[3]	151,9	3,92%
Total	**3.874,6**	100,00%
Imposto de Renda	-3,9	-0,10%
Líquido	**3.870,7**	99,90%

TÍTULOS DE RENDA FIXA				
VENCTO	LFT	LTN e NTN-F	Op. Compr.	TOTAIS
2010	290,6	76,6	**296,6**	663,7
2011	443,5	340,5		784,0
2012	445,2	50,9		496,1
2013	731,8	0,0		731,8
2014	719,4	0,0		719,4
2015	327,8	0,0		327,8
TOTAIS	**2.958,2**	**468,0**	**296,6**	**3.722,8**

[1] Operações Compromissadas deduzidas dos ajustes. [2] Taxa de Administração, ajuste mercado futuro e outros.

[3] Possui políticas de investimento que envolvem vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator, no caso específico, CDI e câmbio.

4.2.2. Posição em 31/12/2010

APLICAÇÃO	VALOR	PARTE
LFT	3.411,8	73,10%
LTN	713,4	15,29%
NTN-B	29,7	0,64%
NTN-F	51,5	1,10%
Op. Compr. (1 dia)[1]	407,0	8,72%
Subtotal	**4.613,4**	98,85%
Ajustes[2]	-0,3	-0,01%
Fundo Multimercado[3]	54,2	1,16%
Total	4.667,3	100,00%
Imposto de Renda	**-6,2**	-0,13%

TÍTULOS DE RENDA FIXA						
VENCTO	LFT	NTN-B	LTN	NTN-F	Op. Compr.	TOTAIS
2011	486,8	-	426,4	-	407,0	1.320,2
2012	488,7	-	168,1	51,5		708,3
2013	857,3	29,7	118,9	-		1.005,9
2014	789,6	-	-	-		789,6
2015	359,8	-	-	-		359,8
2016	429,5	-	-	-		429,5
TOTAIS	**3.411,8**	**29,7**	**713,4**	**51,5**	**407,0**	**4.613,4**

[1] Operações Compromissadas deduzidas dos ajustes.
[2] Tx. Adm. CPMF, ajuste mercado futuro e outros na gestão do fundo-13.
[3] Deve possuir políticas de investimento que envolvam vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator, no caso específico, CDI e câmbio.

O montante acima está distribuído em R$1.313,7 milhões no Circulante referente aos títulos vencíveis nos próximos doze meses e em R$3,3 bilhões no Não-Circulante correspondendo aos vencimentos posteriores a este prazo. A diferença existente entre a tabela acima e o Balanço Patrimonial, corresponde ao Imposto de Renda, no valor de R$6,2 milhões.

Ainda, todo excesso de caixa que a ECT aplica em fundos de investimento, está de acordo com a Resolução do Banco Central do Brasil nº 3.284/2005, que dispõe sobre a forma de aplicação das disponibilidades oriundas de receitas próprias das Empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta.

Com relação às garantias, essas existem em virtude do Contrato de Outorga de Contragarantia Nº 10322 celebrado em 28/04/2000 entre o Banco do Brasil e a ECT, com prazo de vigência de 5.706 dias (vencendo em 12/12/2015), com a finalidade de o Banco do Brasil ser o garantidor dos Contratos de Financiamento Externos (JBIC, MARUBENI, KFW e Danske Bank) – condição necessária à época. Em contrapartida, para que o Banco seja o garantidor das operações, a ECT paga Comissões a duas de suas agências, a Agência Corporate e a BB Grand Cayman, e ainda, deixa bloqueado parte dos papéis do Fundo Exclusivo Extramercado 13.

NOTA 5 – CRÉDITOS

NATUREZA DO CRÉDITO	2010	2009
Serviços Faturados	993,7	754,5
Serviços a Faturar	19,2	74,7
Cartões de Crédito	3,7	2,6
ACF/Prestação de Contas	60,4	55,0
ACF/Débitos Negociados	0,0	0,0
Débitos Internacionais	90,4	94,5
Débitos AGC	0,0	0,0
Débitos ACC	2,8	2,4
Outros Débitos de Clientes	10,4	10,1
TOTAL	**1.180,5**	**993,7**

5.1 – Serviços Faturados: representam os direitos da empresa por serviços prestados/vendas de mercadorias a clientes e estão suportados por faturas em cobranças bancária, administrativa ou jurídica. Do total dos serviços faturados, existia a inadimplência há mais de 365 dias no total de R$42,1 milhões.

5.2 – Serviços a Faturar: representam os direitos da Empresa por serviços prestados a clientes, em processo de emissão de fatura de cobrança.

5.3 – ACF/Prestação de Contas: refere-se aos direitos da Empresa junto aos franqueados, correspondente à arrecadação da última quinzena do mês.

5.4 – Débitos Internacionais: corresponde aos direitos junto a clientes e Correios Internacionais com os quais a ECT mantém parceria comercial. Esses valores foram corrigidos pela variação do Direito Especial de Saque – DES, na data do balanço, sendo o decréscimo de saldo justificado pela oscilação negativa das moedas estrangeiras.

5.5 – Outros Débitos de Clientes: **5 – Outros Débitos de Clientes**: refere-se aos créditos da Empresa não registrados como faturamento a receber, principalmente relativos ao serviço fonado e às custas de protestos sujeitas a ressarcimento.

NOTA 6 – ESTOQUES

Os materiais em estoque estão avaliados pelo custo médio de aquisição e armazenados em dois grandes Centros de Distribuição de Materiais, responsáveis por suprir, sistemática e tempestivamente, as unidades administrativas, além de 6.313 Unidades de Atendimento e demais unidades operacionais.

MATERIAIS ESTOCADOS	2010	2009
Combustíveis e lubrificantes	0,0	0,1
Material para consumo	34,0	24,8
Material para revenda/almoxarifados	10,8	14,4
Material para revenda/Agência	0,0	0,0
Material em trânsito	0,4	0,0
Material em consignação	0,6	1,8
TOTAL	**45,8**	**41,2**

NOTA 7 – OUTROS VALORES E BENS

7.1 – Adiantamentos

ADIANTAMENTOS	2010	2009
Adiantamento Salarial	2,3	2,0
Adiantamento de Férias	88,7	76,7
Outros Débitos de Empregados	6,2	4,5
Demais Adiantamentos	3,9	4,0
TOTAL	**101,1**	**87,1**

7.1.1 – Salarial: caracterizam-se como adiantamento salarial, os débitos de empregados decorrentes de cobertura de saldo negativo e de qualquer outra forma de antecipação salarial autorizada, compensável em folha de pagamento, exceto adiantamento de férias.

7.1.2 – Férias: adiantamento de salário concedido por ocasião do gozo de férias, cuja devolução poderá ocorrer em até 5 (cinco) parcelas.

7.1.3 – Outros débitos de empregados: o montante de R$6,2 milhões refere-se a débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados à Empresa, como diferenças de caixas e outros.

7.1.4 – Demais adiantamentos: referem-se aos adiantamentos a empregados da Empresa, para pagamento de despesas sujeitas a posterior comprovação e ao valor devido por Órgãos Públicos pelos empregados cedidos.

7.2 – Valores a Compensar

DIREITOS A COMPENSAR	2010	2009
Salário-maternidade	0,4	0,4
IRRF/Aplicações financeiras	38,2	64,6
ICMS a recuperar/compensar	0,0	0,1
IR – retido na fonte – Lei 9.430	18,3	21,4
CSLL retido na fonte – Lei 9.430	3,3	4,3
COFINS retido na fonte – Lei 9.430	3,4	6,0
PIS/PASEP retido na fonte – Lei 9.430	0,8	1,2
INSS retenção por clientes	3,6	1,8
Recolhimentos indevidos – Lei 10.833/03	0,6	0,1
Recolhimento indevido – INSS	0,2	0,2
INSS: pagamentos benefício/Empregados	1,2	0,0
Instituições Bancárias-saque	0,3	0,0
Pagamentos Transitórios ERP	0,0	0,0
Outros Impostos e Encargos Sociais a Compensar	0,6	0,5
TOTAL	**71,0**	**100,7**

7.2.1 – Imposto de renda retido na fonte: o montante de R$38,2 milhões refere-se ao Imposto de Renda, compensável, cobrado sobre os rendimentos das aplicações financeiras. Seu valor elevado em 2009 decorre principalmente da não compensação do IR de aplicações no segundo trimestre daquele exercício, devido ao prejuízo fiscal apresentado.

7.2.2 – Tributos e Contribuições/Lei nº 9.430: os valores R$18,3 milhões (IRRF); R$3,3 milhões (CSLL); R$3,4 milhões (COFINS) e R$0,8 milhão (PIS/PASEP) referem-se aos tributos e contribuições retidos, por órgãos da Administração Pública Federal, quando do pagamento de produtos e/ou serviços adquiridos na ECT.

7.2.3 – Recolhimentos indevidos – Lei nº 10.833/2003: o montante de R$570,0 mil refere-se aos valores recolhidos à Receita Federal do Brasil, decorrentes de retenções indevidas de tributos, os quais, atualizados pela SELIC, podem ser compensados com qualquer imposto ou contribuição administrada pela Receita Federal, após o deferimento daquele Órgão.

7.3 – Cobrança Jurídica/Inadimplência

DIREITOS EM COBRANÇA JURÍDICA	2010	2009
Faturas em cobrança jurídica	39,3	33,6
Cheques em cobrança jurídica	0,3	0,5
Faturas vinculadas a cheques em cobrança jurídica	0,0	0,0
Provisão para direitos em cobrança jurídica	(0,3)	(0,5)
Alcances	34,2	32,8
Provisão para alcances	(33,8)	(32,4)
Inadimplentes ACF	2,0	1,7
Inadimplentes com cobrança jurídica	0,8	0,9
Descredenciadas com cobrança jurídica	12,2	15,0
Provisão para débito de ACF	(12,5)	(16,5)
Débitos de empregados em cobrança jurídica	2,1	2,1
Provisão para débitos de empregados em cobrança jurídica	(2,1)	(2,0)
Cobrança jurídica de débitos de terceiros	17,8	16,3
Provisão p/cobrança jurídica de faturas e débitos de terceiros	(53,6)	(14,1)
TOTAL	**6,7**	**37,4**

7.3.1 – Faturas em cobrança jurídica: o montante de R$39,3 milhões refere-se a débitos, em valores históricos, de inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica da Empresa. Esse montante está acobertado por provisão para perdas na importância de R$37,7 milhões.

7.3.2 – Alcances: o montante de R$34,2 milhões refere-se a débitos, de empregados, decorrentes de ilícitos cujos processos (Tomada de Contas Especiais – TCE) foram enviados ao Tribunal de Contas da União – TCU para análise e julgamento.

7.3.3 – Descredenciadas com cobrança jurídica: o montante de R$12,2 milhões refere-se a débitos de Agências de Correios Franqueadas – ACF, descredenciadas em face do descumprimento de cláusulas do contrato de franquia. Para esses casos, a ECT tem ajuizado ações de cobrança.

7.3.4 – Débitos de empregados em cobrança jurídica – o montante de R$2,1 milhões refere-se a débitos de ex-empregados, apurados em processo regular, de valor inferior ao definido pelo Tribunal de Contas da União para instauração de Tomada de Contas Especial e para outros casos excepcionais, em que não tenha sido possível o desconto por meio da folha de pagamento.

7.3.5 – Cobrança jurídica de débitos de terceiros – do montante de R$17,8 milhões, R$11,8 refere-se ao quadro a seguir e os demais valores são referentes à cobrança de fornecedores por vícios contratuais ou outras cobranças.

DEVEDOR	VALOR	OBSERVAÇÃO
Interunion Capitalização (Papa-Tudo)	11,8	Em fase de negociação/análise para liquidação do crédito mediante acordo extrajudicial, tendo sido nomeado liquidante.

7.3.6- Provisão para cobrança jurídica de faturas e débitos de terceiros – o aumento do saldo refere-se à alteração da forma de registro da provisão para perdas de faturas em cobrança jurídica, a qual deixou de ser redutora do faturamento a receber e passou a reduzir a conta de faturas em cobrança jurídica.

7.4 – Valores a Apurar

PREJUÍZOS EM APURAÇÃO	2010	2009
Prejuízos a apurar – delitos externos	10,4	8,9
Prejuízos a apurar – delitos internos	22,8	18,3
Provisão para prejuízos a apurar	(27,9)	(22,5)
Outros	0,5	0,3
TOTAL	**5,8**	**5,0**

7.4.1 – Delitos Externos/ Delitos Internos: os montantes de R$10,4 milhões e R$22,8 milhões referem-se aos registros de prejuízos causados, respectivamente, por terceiros ou por empregados, cujos processos de apuração de responsabilidades ainda não foram concluídos. Em face da ECT ser uma entidade da Administração Pública Federal todos os danos causados ao seu patrimônio são comunicados à Superintendência da Polícia Federal.

7.5 – Outros Créditos

OUTROS CRÉDITOS	2010	2009
Notas promissórias	155,3	38,6
Vale postal internacional – importação	175,3	215,8
Outros débitos de terceiros	9,4	3,9
Outros pagamentos por conta de terceiros	3,7	18,7
Multas e sinistros de trânsito	36,2	52,9
Serviço médico de aposentados	84,1	713,2
Outros	78,7	82,1
TOTAL	542,6	1.125,2

7.5.1 – Notas promissórias: o montante de R$155,3 mil corresponde aos direitos da Empresa suportados por notas promissórias.

7.5.2 – Vale Postal Internacional – Importação: a importância de R$175,3 mil refere-se aos vales postais encaminhados pelas Administrações Postais para pagamento em território nacional.

7.5.3 – Multas e Sinistros de Trânsito – o valor de R$36,2 mil é referente a multas e sinistros de trânsito passíveis de decisão jurídica com relação ao desconto do empregado.

7.5.4- Serviço Médico de Aposentados – corresponde aos valores de co-participação do serviço médico-odontológico prestado aos aposentados.

7.5.5 Juros – é composto principalmente pela parcela de curto prazo de venda de imóveis funcionais.

NOTA 8 – NÃO-CIRCULANTE

8.1 – Aplicações: vide Nota 4.2

8.2 – Imóveis Funcionais: o valor de R$5,6 milhões refere-se ao saldo remanescente, atualizado monetariamente, da venda, em 1991, de imóveis residenciais funcionais, cuja cobrança e recebimento das prestações estão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal – CEF.

8.3 – Despesas Antecipadas – o zeramento do saldo corresponde à migração do valor de R$50,4 mil referente aos seguros do contrato de financiamento internacional nº 1036/1999 – Mecanização da Triagem - MECTRI para o curto prazo.

8.4 – Depósitos Judiciais, Recursais e Administrativos.

NATUREZA DO CRÉDITO	2010	2009
Depósitos judiciais	19,8	17,1
Depósitos recursais	19,6	22,7
Depósitos recursais administrativos	55,8	54,9
Assistência Jurídica – livre escolha	0,7	0,7
TOTAL	**95,9**	**95,5**

Os valores de R$19,8 milhões, R$19,7 milhões e R$55,8milhões referem-se aos depósitos realizados para fazer face às demandas judiciais em que a ECT figura como réu, cabendo ressaltar o seguinte:

a) os depósitos judiciais são decorrentes de cumprimento de determinações judiciais e recebem atualização monetária mensalmente;

b) os depósitos recursais decorrem da interposição de recursos em instância superior em face de derrota em primeira instância e são atualizados monetariamente todos os meses;

c) os depósitos recursais administrativos são valores, a favor do INSS, equivalentes a 30% do valor do auto de infração relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD. Mediante esse depósito, a ECT interpõe recurso administrativo.

8.5 – Outros: do montante de R$56,4 milhões de créditos a realizar, R$48,7 milhões refere-se ao depósito de poupança-garantia pelo contrato comercial 531/2005 com a Caixa Econômica Federal registrado a valor presente.

NOTA 9 – INVESTIMENTOS

Do montante de R$5,1 milhões, os valores mais significativos são aqueles decorrentes de Participações não relevantes (Companhias Telefônicas). Cabe mencionar que a provisão para as perdas com o FINAM/FINOR equivale a 100% do saldo, tendo em vista o desempenho negativo apresentado por estes fundos desde 2002. No momento, não há intenção de venda desses Ativos.

NATUREZA DOS INVESTIMENTOS	2010	2009
Participações não relevantes	3,5	3,5
FINAM	12,8	12,8
FINOR	15,3	15,3
Provisão para perdas	(28,1)	(28,1)
Museus e coleções	0,7	0,7
Outros investimentos	0,9	0,9
TOTAL	**5,1**	**5,2**

NOTA 10 – IMOBILIZADO

A Lei 11.638/2007 determinou o uso na contabilidade societária das vidas úteis econômicas (e não fiscais) e da utilização de valores residuais no cálculo das depreciações e amortizações. Estudos estão sendo realizados de forma a definir a vida útil dos bens e espera-se a implantação a partir de 2011, em consonância com o CPC 27 e com a Interpretação Técnica 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 10.

NATUREZA DO BEM	2010	2009 Reclassificado
Bens imóveis	807,2	788,0
Terrenos	97,6	97,6
Prédios	537,0	505,4
Instalações em prédios próprios	332,0	327,7
Benfeitorias e instalações imóveis de Terceiros	187,2	170,4
Obras em Andamento	191,3	159,4
Depreciação/ Amortização Acumulada	(537,8)	(472,4)

NATUREZA DO BEM	2010	2009 Reclassificado
Bens móveis	675,7	744,1
Móveis e Utensílios	308,0	274,9
Máquinas e Equipamentos	1.208,6	1.190,2
Veículos Motorizados	347,8	292,3
Veículos não Motorizados	9,1	8,8
Ferramentas e Instrumentos	3,6	3,4
Equipamentos de Processamento de Dados	473,0	482,5
Aquisições de bens móveis em andamento	8,8	7,1
Material/bens a imobilizar	0,8	0,8
Depreciação/Amortização acumulada	(1.684,0)	(1.516,1)

NOTA 11 – INTANGÍVEL

Corresponde aos S*oftwares* não integrados às Máquinas e Equipamentos.

NATUREZA DO BEM	2010	2009
Bens Intangíveis	20,0	25,9
Softwares, Licenciamentos e Similares	200,0	193,2
Amortização Acumulada	(180,0)	(167,3)

NOTA 12 - PASSIVO CIRCULANTE

Os itens do Passivo Circulante não trazidos a valor presente referem-se a obrigações de giro rápido, normalmente liquidados até o dia 15 de cada mês, como folha de pagamento (resíduos e encargos) e fornecedores, o que não representa relevância para esse fim.

12.1 – Encargos Sociais: ocorreu variação positiva na ordem de 45,0% no montante dos encargos sociais quando comparados 2010 (R$247,0 milhões) com 2009 (R$169,9 milhões) a qual tem explicação pelo acréscimo da folha de pagamento e pelo registro da parcela de curto prazo para cobrir o Plano de Custeio do Benefício Definido Saldado – Postalis referente ao exercício de 2011, conforme NE 15.

ENCARGOS SOCIAIS	2010	2009
INSS - empregador	82,0	70,6
Postalis - empregador	0,7	0,4
SENAI adicional	0,6	0,6
Salário educação	7,2	6,7
FGTS	33,5	30,8
INSS - contribuinte individual	0,8	0,7
INSS - cooperativas	0,5	0,5
Postalprev Empregador	25,1	12,4
Reservas a Amortizar – Serviço Passado	96,5	47,3
TOTAL	**247,0**	**169,9**

12.2 – Impostos e Contribuições: apresentou redução de 31% do ano de 2009 para 2010 causado, principalmente, pelo decréscimo dos impostos vinculados à receita (PASEP e COFINS) e pela diminuição em IRPJ e CSSL em decorrência da alta incidência de despesas indedutíveis em 2009, principalmente em função do registro comentado na NE 15.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	2010	2009
INSS Empresas - retenção fonte	4,8	3,9
INSS retenção - contribuinte individual	0,3	0,3
Obrigações Tributárias (COFINS, PASEP e ICMS)	91,5	101,5
INSS contribuinte individual	0,0	0,0
ISSQN – retido de terceiros	0,0	0,0
IRF - retido de terceiros	0,0	0,0
Retenções na fonte - LEI 9.430/96	0,0	0,0
IRPJ	61,7	114,3
CSLL	23,5	43,0
TOTAL	**181,8**	**262,9**

12.3 – Dividendos a pagar: foram destinados dividendos equivalentes a 50% do lucro do exercício após constituição de reserva legal, calculados nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, no valor de R$191,7 milhões. Vale destacar que a esse montante é somado o valor dos Juros sobre Capital Próprio no valor de R$201,1 milhões. Assim, o total a recolher à União no transcorrer de 2011 é de R$392,8 milhões. Esse passivo, em 2009, era de R$55,8 milhões, em decorrência do lucro bem inferior auferido (R$117,5 milhões).

DIVIDENDOS A PAGAR	2010	2009
Dividendos	191,7	0,0
Juros sobre Capital Próprio – JCP	201,1	55,8
TOTAL	**392,8**	**55,8**

12.4 – Arrecadação e Recebimentos: do montante de R$45,5 milhões, destacam-se os recebimentos para o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalis no valor de R$21,2 milhões, R$9,8milhões decorrentes das transferências de numerário de terceiros, via serviço de Vale Postal Nacional e R$4,6 milhões de imposto de importação. Além destas, as demais obrigações que compõem esse grupo estão em destaque no quadro a seguir. Cabe salientar que essas obrigações são liquidadas mensalmente e na forma pactuada.

ARRECADAÇÃO E RECEBIMENTOS	2010	2009 Reclassificado
Recebimento para o Postalis	21,2	18,1
Emissão vale postal nacional	9,8	5,9
Vale Postal Internacional	1,3	2,1
Venda de produtos de terceiros e consignados	2,6	0,3
Recebimento de Contas -Serviços Públicos	0,4	1,5
Recebimento de Contas -Serviços Particulares	0,8	1,0
Reembolso Postal – entrega	1,6	1,4
Venda de Título de Capitalização	0,1	0,9
Recebimento de Imposto de Importação	4,6	2,3
Serviços Virtuais	1,1	1,0
Outros Recebimentos	2,0	3,8
TOTAL	**45,5**	**38,2**

12.5 – Adiantamentos de clientes: o montante de R$5,6 milhões é decorrente, principalmente, de adiantamento de clientes e adiantamentos para resgate de títulos de capitalização.

12.6 – Contas Internacionais a Pagar: o valor de R$50,1 milhões representa as obrigações da Empresa para com as Administrações Postais, Operadores Privados e Cias. Aéreas em face das transações internacionais dos Correios. Esse valor está corrigido pela variação do Direito Especial de Saque – DES, refletindo, portanto, seu valor presente.

12.7 – Precatórios e Mandados Judiciais: são obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas mensalmente da atualização monetária, sendo: vencíveis em 2011 (Circulante: R$27,5 milhões) e a partir de 2012 (Não-Circulante: R$164,3 milhões).

PRECATÓRIOS/MANDADOS JUDICIAIS	2010	2009
Precatórios (Circulante)	27,5	29,3
Precatórios (Não-Circulante)	2,7	6,1
Ações de fornecedores (Não-Circulante)	161,6	147,2
TOTAL	**191,8**	**182,6**

12.8- Provisões: o saldo de R$44,4 milhões representa valores aprovisionados para devolução da taxa de concurso público da ECT pelo mesmo ter sido cancelado e ainda, valor referente à confissão de dívida junto a fornecedores.

12.9 – Empréstimos e Financiamentos: obrigações decorrentes de financiamentos, em moeda estrangeira, com períodos de amortização entre cinco e dez anos com garantias do Banco do Brasil S/A. Para o exercício de 2011, foram aprovisionados R$33,1 milhões, sendo R$31,5 milhões composto conforme quadro abaixo e R$1,5 milhões de juros/comissões sobre estes financiamentos. Nos exercícios seguintes, temos mais R$38,2 milhões para os mesmos agentes financeiros.

				SITUAÇÃO DOS CONTRATOS - 31/12/2010		
Financeiro	Data Base	Prazo Final	Qtde Parcelas Restantes	Valor Original	Pago até 31/12/2010	Saldo
KFW	12/31/10	2/28/13	5	EUR 62,1	EUR 48,9	EUR 13,20
JBIC	12/31/10	12/12/15	23	JPY 6,097,7	JPY 4639,8	JPY 1457,8
Marubeni	12/31/10	12/12/13	8	JPY 2.676,2	JPY 2381,9	JPY 294,30
Danske Bank	12/31/10	9/30/11	2	EUR 18,2	EUR 16,3	EUR 2,0

Financeiro	Qtde Parcelas		Em Reais		
	Circulante	Não Circulante	Circulante (R$)	Não Circulante (R$)	TOTAL (R$)
KFW	2	3	11,77	17,6	29,4
JBIC	10	13	12,5	17,4	29,9
Marubeni	4	4	2,88	3,2	6
Danske Bank	2	0	4,38		4,4
TOTAL sem Provisão de Encargos e Comissões			31,53	38,2	69,7
Provisão de Encargos e Comissões			1,53		1,5
TOTAL			33,06	38,2	71,2

12.10 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR: nesse exercício foram destinados R$98,2 milhões a título de PLR, conforme limitador de 25% dos dividendos distribuídos, estabelecido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Ofício 43/DEST-MP. Ressalte-se que a importância registrada no Circulante é R$102,2 milhões, devido aos resíduos da PLR de exercícios anteriores, ainda não pagos aos empregados afastados.

12.11 – Receitas a apropriar: com um total de R$64,5 milhões, é composta por R$48,3 milhões referente às luvas do Banco Postal (atualizadas monetariamente) e mais R$16,2 milhões relativos, principalmente, aos recebimentos decorrentes de aluguéis de Caixas Postais que, em face do regime de competência adotado pela Empresa, devem ser apropriadas no curso de 2011.

12.12 – Juros Remuneratórios sobre Capital Próprio: o montante de R$201,1 milhões refere-se ao crédito para a União, acionista único, a título de remuneração do capital próprio. O valor foi calculado pela Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) sobre o Patrimônio Líquido ajustado nos termos da Legislação vigente e da decisão da Diretoria da Empresa de 19/04/2006. Esse montante é atualizado mensalmente até que ocorra seu recolhimento.

NOTA 13 – PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

13.1 – Provisões: o montante de R$274,4 milhões refere-se às provisões constituídas à base de 100% do valor de cada demanda judicial ajuizada contra a ECT, cujo desfecho, foi avaliado pelos consultores jurídicos como de perda provável. O valor contabilizado está atualizado monetariamente até 31/12/2010.

PROVISÕES	2010	2009
Demandas trabalhistas	230,4	205,6
Demandas cíveis	44,1	31,3
TOTAL	**274,4**	**236,9**

13.2 – Contingências Passivas: em 31/12/2010, a Empresa era Ré em outras 17.988 demandas judiciais, já com perda em primeira instância, cujo montante pleiteado era da ordem de R$485,8 milhões. Entretanto, o efeito financeiro e o prazo para desembolso são de difícil mensuração haja vista os diversos recursos que ainda serão impetrados nas instâncias seguintes. De acordo com o CPC 25, não cabe provisão para essas contingências em face do risco jurídico ser, ainda, de possível perda. Há também um passivo fiscal não-reconhecido, classificado como perda remota, haja vista a tese de imunidade tributária defendida pela Empresa, em apreciação pelo Superior Tribunal Federal.

13.3 – Tributos compensados: o montante de R$117,7 milhões refere-se aos tributos não recolhidos (PASEP,COFINS e INSS) e compensados com créditos apurados em trabalho realizado pela IAB – Assessoria Tributária Ltda., em demanda judicial. O acréscimo no saldo, na comparação com 2009, refere-se à alteração do percentual do risco da COFINS para 50%, conforme orientação da Área Jurídica.

13.4 – Outros débitos: o saldo igual a zero, foi em decorrência do registro no resultado, no decorrer de 2010, do montante de R$48,3 milhões referente às Luvas do Banco Postal.

NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL:

CAPITAL SOCIAL	ACIONISTA
R$ 2.919,1	Capital constituído integralmente pela União, na forma do Art. 6º do Decreto-Lei, nº. 509, de 20 de março de 1969.

14.2 - Reservas de Capital/Outras Reservas: o montante de R$37,6 milhões refere-se ao recebimento de bens em doações de órgãos públicos anteriores à publicação da Lei 11.638/2007.

14.3 - Reserva de Lucros

14.3.1 - Reserva Legal: o valor de R$250,8 milhões refere-se à parcela de 5% do lucro até 2010, destacada para constituição da Reserva Legal;

14.3.2 – Reserva para Investimentos: o Conselho de Administração, por meio do Relatório/CA-037/2010, aprovou a proposta orçamentária de Investimento no montante de R$500 milhões para o Exercício de 2011. Diante deste contexto, foi proposta a constituição da Reserva de Investimento com o valor remanescente do resultado de R$392,8 milhões.

NOTA 15 - FUNDO DE PENSÃO

A ECT é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalis, que tem por finalidade

garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes, por meio do Plano de Benefício Definido – PBD e do Plano de Contribuição Definida – Postalprev. Suas reservas matemáticas são calculadas atuarialmente e revisadas de forma periódica.

Atualmente, o PBD não recebe mais adesões e seu saldamento ocorreu em março de 2008 e o saldo registrado até então era de R$ 632,8 milhões.

Em março de 2009, foi apresentado pelo Postalis à Diretoria da ECT o Plano de Custeio do Benefício Definido Saldado referente ao exercício de 2009 para homologação. Este documento apresentou a avaliação atuarial do Plano BD Saldado, com a demonstração de R$ 793,0 milhões como valor adicional necessário para a cobertura do risco atuarial adicional (RTSA) decorrente do saldamento do Plano BD do Postalis.

Em função da relevância dos números do RTSA Adicional, bem como do requisito da NPC nº 26 ao determinar que os procedimentos de análise e contabilização devam ser cumpridos em conjunto com um atuário, a Diretoria da ECT recomendou a contratação de empresa especializada, com o fim específico de emitir parecer sobre a avaliação atuarial do Plano de Custeio de Benefício Definido Saldado. Tendo em vista a reprovação do Plano de Custeio para 2009 na 10ª Reunião de Diretoria, realizada em 18/03/2009, a Área Financeira da ECT, mantendo o princípio da Prudência, propôs naquela época a constituição de Reserva de Contingências no montante equivalente ao valor apresentado pelo Postalis até a homologação do Relatório Técnico Atuarial pela autoridade competente.

Em 14/07/2009 mediante reunião entre os representantes da ECT, Postalis, DEST/MPOG e ex-SPC/MPS, ficou acordado que os Correios aprovariam condicionalmente o Plano de Custeio do Benefício Definido Saldado apresentado pelo Postalis, ao mesmo tempo em que seria realizada uma auditoria nos cálculos dos valores da RTSA, por intermédio de empresa especializada indicada pela ECT e contratada pelo Postalis, de acordo com os pré-requisitos definidos pelo Conselho de Administração da ECT, com resposta aos quesitos formulados por este.

Em 12/01/2010, por meio do Relatório RN/Postalis 001/2010, foram apresentadas por aquele Instituto de Seguridade respostas aos quesitos formulados pelos Conselhos de Administração e Fiscal da ECT.

Em 05/05/2010, os Conselhos de Administração e Fiscal proferiram em decisão conjunta que a ECT reconhecesse o RTSA adicional apresentado em 2008.

Assim, considerando a entrega do relatório técnico, os fatos anteriormente relatados, a manifestação da atuária, bem como os princípios e normas contábeis que regem o assunto e este, por ainda estar em análise pela Secretaria do Tesouro Nacional/MF, a ECT reconheceu o passivo adicional na forma de provisão no valor de R$793,0 milhões no balanço de 2009.

Em 15/12/2010, por meio do Relatório/DIGEP 040/2010 foi aprovada pela Diretoria da ECT a contratação da dívida de R$1.489,8 milhões, com data base de 31/07/2010 referente à RTSA do Plano de Benefício Definido Saldado do Postalis, a qual passaria a ser atualizada exclusivamente de forma financeira com evolução equivalente à variação do INPC acrescida de juros de 6% (seis por cento), a partir de 01/08/2010.

Dentro desse contexto, a rubrica Postalis Reservas a Amortizar totaliza no Balanço Patrimonial da ECT R$1.439,0 milhões divididos entre Circulante (R$96,5 milhões) e Não-Circulante (R$1.342,5 milhões).

Em 17/12/2010, tal decisão da Diretoria foi analisada pelo Conselho de Administração e submetida à avaliação do Conselho Fiscal. Paralelamente, a partir de 03 de janeiro de 2011, com assunção dos novos membros dos órgãos de administração da ECT, o assunto continua em análise.

NOTA 16 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

16.1 – Receita Bruta de Serviços e Vendas

As receitas operacionais da Empresa são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada, venda de material de consumo e outras receitas operacionais, no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com administrações postais e empresas.

16.2 – Receita Líquida de Vendas e Serviços

Atingiu em 2010 o montante de R$12,1 bilhões. Levando-se em consideração os dez maiores destaques nas vendas, identifica-se que o Franqueamento Autorizado de Cartas e o SEDEX contribuem com 34% e 27% da receita de vendas, respectivamente, situação esta, praticamente inalterada com relação a 2009.

RECEITA	2009	(%)	2010	(%)
FAC	3,5	34	3,9	34
Sedex	2,8	27	3,2	27
Contrato de Postagem	0,9	9	1,1	9
Selo Estampado	1,0	9	1,0	9
MDP	0,5	5	0,6	5
PAC	0,4	4	0,5	4
Malote/SERCA	0,5	4	0,5	4
Filatelia	0,4	4	0,4	3
Banco Postal	0,2	2	0,3	3
Impresso Especial	0,2	2	0,2	2
TOTAL	**10,5**	**100**	**11,6**	**100**

16.3 – Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

Os custos em 2010 atingiram R$7,9 bilhões. Desse total, R$5,4 bilhões são referentes a custo com pessoal e encargos e o restante foi distribuído, principalmente, entre custos de prestação de serviços de terceiros, transportes e material de consumo.

NOTA 17 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 - Reservas de Capital

Teve seu saldo inalterado em 2010, fechando com a importância de R$37,6 milhões.

17.2 – Reservas Legal

Seu saldo inicial de R$209,5 milhões foi acrescido de R$41,3 milhões referente à destinação de 2010 e finalizou com R$250,8 milhões.

NOTA 18 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

18.1 – Provisão para Devedores Duvidosos

Em virtude da diminuição da estimativa desta provisão, conforme NE 3.7.1, houve reversão da mesma, o que justifica o saldo positivo apresentado tanto em 2009 quanto em 2010.

18.2 – Valor Adicionado à Disposição da Empresa

A finalidade dessa primeira parte da DVA é evidenciar a riqueza criada pela entidade, a qual chegou ao patamar de R$9,1 bilhões, influenciada principalmente pelo crescimento da receita, conforme NE 16.

18.3 – Distribuição do Valor Adicionado

A segunda parte visa demonstrar como a riqueza gerada pela Empresa foi distribuída, podendo destacar: 65,0% para remuneração do trabalho e 31,0% para remuneração do governo na forma de impostos e juros sobre capital próprio.

NOTA 19 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

19.1 Receita de Variação Patrimonial

A redução é justificada por eventos esporádicos ocorridos em 2009 que não se repetiram em 2010, como o acerto de contas com o INSS.

19.2 Aumento de Créditos

A variação de R$186,8 milhões é justificada principalmente pelo comentado no item 5.1.

19.3 Aumento/(Diminuição) de Outros Valores e Bens acrescidos da variação do Realizável a Longo Prazo

A seguir, estão detalhados os itens responsáveis pela variação de R$86,8 milhões.

RUBRICA	2010
Despesas Antecipadas (Circulante)	1,1
Outros Valores e Bens	(46,2)
Adiantamentos	13,9
Valores a Compensar	(29,8)
Cobrança Jurídica/Inadimplência	(30,7)
Valores a Apurar	0,9
Outros Créditos (Circulante)	(0,6)
Imóveis Funcionais	(0,5)
Depósitos Judiciais Trabalhistas	0,4
Despesas Antecipadas (Não-Circulante)	(0,1)
Outros Créditos (Não-Circulante)	4,7
TOTAL	**(86,8)**

19.4 Aumento/(Diminuição) das Obrigações acrescidas da variação do Não-Circulante

A variação de R$86,4 milhões é composta pelas rubricas a seguir:

RUBRICA	2010
Encargos Sociais	77,0
Impostos e Contribuições	-81,1
Arrecadações e Recebimentos	7,4
Adiantamentos de Clientes	-11,8
Contas Internacionais a Pagar	10,8
Precatórios Judiciais	-1,8
Participação nos Lucros e Resultados	-4,5
Receitas a Apropriar	2,4
Outros Débitos (Circulante)	4,3
Postalis Reservas a Amortizar	106,9
Tributos Compensados	25,1
Outros Débitos (Não Circulante)	-48,3
TOTAL	**86,4**

19.5 Aumento das disponibilidades

O acréscimo apresentado está relacionado principalmente às aplicações financeiras que aumentaram seu saldo de curto prazo em R$659,8 milhões, conforme detalhado na nota explicativa 4.2.

Brasília-DF, abril de 2011.

Wagner Pinheiro de Oliveira
Presidente

Luis Mario Lepka
Diretor Econômico-Financeiro

José Furian Filho
Diretor Comercial

Antônio Luiz Fuschino
Diretor de Tecnologia e de Infra-Estrutura

Nelson Luiz Oliveira de Freitas
Diretor de Administração

Larry Manoel Medeiros de Almeida
Diretor de Gestão de Pessoas

José Eduardo Xavier
Diretor de Operações

Hudson Alves da Silva
Contador CRC/DF 14022/O-9